

PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Declaração de retificação n.º 1282/2014

Para os devidos efeitos se declara que o despacho (extrato) n.º 13165/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 210, de 30 de outubro de 2014, saiu com a seguinte incorreção, que assim se retifica:

Onde se lê:

“[...] verificando-se o termo do mandato do Vice-Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, com efeitos a 17 de outubro de 2014, cessaram automaticamente as funções de apoio ao respetivo Gabinete, a Secretária Maria Teresa de Sousa Teixeira Diniz e o Motorista José António Magro da Silva. [...]”

deve ler-se:

“[...] verificando-se o termo do mandato do Vice-Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, com efeitos a 3 de outubro de 2014, cessaram automaticamente as funções de apoio ao respetivo Gabinete, a Secretária Maria Teresa de Sousa Teixeira Diniz e o Motorista José António Magro da Silva. [...]”

2 de dezembro de 2014. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

208281824

Despacho (extrato) n.º 15003/2014

Por despacho de 20 de novembro de 2014, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque — cessa funções, a seu pedido, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da lei de Organização e Funcionamento dos

Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, do cargo de Adjunto, com efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2014, inclusive.

2 de dezembro de 2014. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

208276746

Despacho (extrato) n.º 15004/2014

Por despacho de 20 de novembro de 2014, do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:

Rita Alexandra Mota Ferreira Nogueira — cessa funções, a seu pedido, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, do cargo de Técnico de Apoio Parlamentar, com efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2014, inclusive.

2 de dezembro de 2014. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

208276981

Conselho dos Julgados de Paz

Declaração n.º 217/2014

Dr.ª Sandra Cristina Nunes Marques, Juíza de Paz do Julgado de Paz do Seixal, renovada a sua nomeação como Juíza de Paz, agora por um período de cinco anos, nos termos do n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 78/2001, na redação da Lei n.º 54/2013, de 31.07, por Deliberação do Conselho dos Julgados de Paz de 18 de novembro de 2014.

Sem necessidade de nova posse, visto que continua colocada no Julgado de Paz do Seixal.

1 de dezembro de 2014. — O Presidente, *J. O. Cardona Ferreira*, juiz conselheiro.

208275385

PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 15005/2014

Reconhecimento de fundação

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, e do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/874/2014 que faz parte integrante do processo administrativo n.º 16/FUND/2010-SGPCM, reconheço a Fundação Dr. José Fernando Nunes Barata.

2 de dezembro de 2014. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

208281987

Gabinete do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa

Despacho n.º 15006/2014

1—Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de técnico especialista em Direito no meu gabinete o mestre Nuno do Rosário de Quadros e Silva Coutinho de Faria, Técnico Superior do Instituto do Cinema e Audiovisual, I.P.

2—Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei, o estatuto remuneratório do designado é igual ao dos adjuntos.

3—Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

4—O presente despacho, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 11.º do referido Decreto-Lei, produz efeitos a partir de 15 de novembro de 2014.

5—Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado Decreto-Lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

28 de novembro de 2014. — O Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, *Joaquim Pedro Formigal Cardoso da Costa*.